

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUE ATUAM NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Coordenador: HENRIQUE CAETANO NARDI

Este trabalho aborda as trajetórias de vida de um coletivo de mulheres de classe popular que atua como Promotoras Legais Populares (PLPs) na cidade de Porto Alegre. O grupo é constituído por doze líderes comunitárias que trabalham voluntariamente no Serviço de Informação à Mulher (SIM) no bairro Restinga. Elas desenvolvem atividades de informação, representação e prevenção sobre questões de violência doméstica, preconceito e violência sexual. O objetivo deste projeto foi problematizar as práticas de intervenção deste grupo junto a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual e resgatar as histórias de vida que fizeram com que estivessem atualmente ligadas a este trabalho voluntário. A metodologia utilizada é a pesquisa intervenção. Na primeira etapa desta ação, foram realizadas entrevistas individuais para levantamento e registro dessas trajetórias de vida. Está previsto para o segundo semestre de 2005 a realização de entrevistas coletivas para discussão dos dados levantados e elaboração da escrita final. Este projeto vem sendo construído desde julho de 2003, quando aconteceram observações participantes na rotina deste grupo de mulheres. Durante o processo de constituição do vínculo com este coletivo foram sendo levantados dois focos de tensão na realização do trabalho como PLPs: a) as recompensas e as dificuldades do voluntariado, b) a proximidade e a distância com a violência doméstica. No primeiro ponto abordado foram marcados três aspectos relevantes: a importância do trabalho desenvolvido; o desejo de dedicação integral versus a necessidade de remuneração financeira e as frustrações diante dos entraves jurídicos no desenrolar dos casos atendidos. No segundo ponto, os aspectos importantes foram: as vivências pessoais de violência doméstica; as histórias de vidas marcadas pela presença do tráfico de drogas na comunidade e as experiências de Promotoras que foram Conselheiras Tutelares e conhecem os problemas de violência do bairro. Em fevereiro de 2004, ao entrarem em contato com um livro que registrava a experiência de um movimento social no Rio de Janeiro, uma das mulheres afirmou que elas também deveriam fazer um livro sobre o trabalho desenvolvido por elas naquela comunidade. Naquele momento, foi resgata uma fala desta mesma mulher, a qual dizia se sentirem com suas histórias apagadas, pois somente o nome da instituição a qual estavam vinculadas seria sempre lembrado. Em sua percepção, elas eram "passageiras", e, mesmo que tivessem uma história de lutas na comunidade, de trabalhos relacionados ao tema da mulher enquanto

PLPs, elas apenas permaneceriam vivas, lembradas enquanto elas mesmas pudessem testemunhar o trabalho desenvolvido. Gestava-se ali um processo de reflexão sobre as diferenças da tradição oral, mais ligada aos movimentos populares e a tradição escrita, articulada com as organizações formais, legalizadas. Havia um desejo de permanência, de afirmação de uma autoria, de reconhecimento formal frente a um trabalho que desenvolvem de forma voluntária. Os dados iniciais do levantamento das trajetórias de vida permitem que se faça uma primeira categorização deste grupo de mulheres. Ele pode ser dividido em dois subgrupos, o das "dinossauras", que foram formadas pela Ong no início da década de 90 e o grupo das "novas", que fizeram o curso no final dos anos 90. Algumas diferenças compõem estes dois subgrupos. O mais antigo, composto por quatro mulheres, foi convidado a participar do projeto de formação em direitos da mulher em virtude de engajamentos nas lutas sociais de seu bairro. O estabelecimento de moradia neste bairro de periferia, em todas as trajetórias de vida, foi marcado por momentos de muitas dificuldades financeiras das famílias. A possibilidade de conquistarem um espaço digno para morar foi fruto de lutas coletivas por direitos básicos, tais como o da propriedade e o de saneamento básico. Assim sendo, as relações sociais dos moradores precisava ser de articulação coletiva, na qual se fazia necessária a constituição de lideranças que representassem as necessidades do bairro frente às instituições governamentais. É neste contexto que o grupo das dinossauras foi cooptado e qualificado em conhecimentos jurídicos. O segundo grupo de mulheres foi sendo formado por indicação das mais antigas, e teve como preocupação, além da questão da liderança comunitária, o fator de cuidar de mulheres que vinham sendo vítimas de violência doméstica e estavam construindo um processo de superação desta situação. O curso em direitos da mulher, emergiu como um dispositivo de reflexão e conscientização sobre a não necessidade de permanecer em relações de violência. No grupo das que foram qualificadas mais recentemente também aparecem mulheres que foram se aproximando do coletivo espontaneamente, que não estavam envolvidas em lutas comunitárias, tampouco vivenciavam a violência doméstica, mas que buscavam um lugar de trocas, que admiravam o trabalho público desenvolvido pelas mais antigas. Essa heterogeneidade nas trajetórias de vida marca o processo grupal e o campo de possibilidades de relações estabelecidas com o trabalho voluntário. O ano de 2004 para este grupo de mulheres foi marcado por muitas rupturas. A ligação que elas estabelecem com a organização que as qualificou e "empoderou" é ambígua, pois se sempre reconhecem os ganhos que tiveram em suas vidas pessoais com o conhecimento adquirido, as oportunidades de ampliação de sua vida pública, por outro lado sentem-se desvalorizadas por realizarem um trabalho voluntário sem remuneração, fato que por vezes acaba por produzir o afastamento do

trabalho. Além disso, como o título de PLP não entra no reconhecimento social de um conhecimento de educação formal, e como a maioria delas quando realizou o curso não tinha o ensino fundamental completo, esse saber que qualifica pessoalmente não possibilita a inserção num mercado de trabalho qualificado. Muitas PLPs precisam trabalhar para garantir o seu sustento, na maioria dos casos desenvolvem trabalhos domésticos e sobra muito pouco tempo para se dedicarem voluntariamente ao trabalho de promotoras. Algumas delas ressentem-se de não poderem trabalhar em postos de trabalho mais valorizados. A maioria das promotoras retomaram seus estudos nos projetos de EJA e atualmente completaram o ensino médio, porém isso ainda é insuficiente para uma melhor colocação no mundo do trabalho. Durante o processo de formação como PLPs, o qual tinha como objetivo inicial a formação de multiplicadoras em direitos humanos e na luta contra a violência doméstica, emergiu a necessidade de atuação. De acordo com os relatos colhidos nas entrevistas, após a apropriação dos saberes jurídicos surgiu o desejo de repassarem esse conhecimento, pois não podiam ficar com todo aquele "saber-poder" só para si. Neste contexto é que nasceu o Serviço de Informação à Mulher (SIM), plantão de atendimento semanal nas comunidades oferecido por mulheres "empoderadas" que queriam fazer alguma coisa de forma coletiva e com visibilidade. Os resultados encontrados na etapa de pesquisas individuais apontam para processos de empoderamento subjetivo deste coletivo de mulheres em virtude dos saberes constituídos na luta contra a violência doméstica, e ao mesmo tempo, processos de sofrimento psíquico em função deste mesmo empoderamento e a grande vulnerabilidade social a que continuam expostas.